



PORTARIA Nº 121, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016 , Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050. 000040/2013-31 , resolve:

PORTARIA Nº 122, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve: Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Baixa Grande	Estiagem - 1.4.1.1.0	055	19/07/17	59051.004168/2017-98
BA	Ichu	Seca - 1.4.1.2.0	095	18/07/17	59051.004171/2017-10
BA	Ruy Barbosa	Estiagem - 1.4.1.1.0	043	28/07/17	59051.004192/2017-27

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 147, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2017

Dia: 16.08.2017

Hora: 10:00

Presidente: Alexandre Barreto de Souza

Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A distribuição ocorrerá por compensação, pela atribuição de peso 02 aos processos a serem distribuídos ao Conselheiro Maurício Oscar Bandeira Maia. Assim, este Conselheiro, ao ser sorteado para relatar um processo, receberá também o processo seguinte. A distribuição iniciará sem os nomes dos Conselheiros João Paulo de Resende e Paulo Burnier da Silveira, que no último bloco de sorteio - na 146ª Sessão Ordinária de Distribuição - foram os relatores sorteados.

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos: Processo Administrativo nº 08700.004627/2015-49

Representante: Cade ex officio

Representados: Associação Nacional dos Fabricantes de Rolos Refratários - ANAFAR, Cerâmica e Velas de Ignição NGK do Brasil Ltda., Certécnica Cerâmicas Técnicas, Indústria, Comércio e Representações Ltda., Estiva Refratários Especiais Ltda., Fábio Reis Representações Ltda. - ME, Incer Indústria Nacional de Cerâmica Ltda., Refratários Paulista Indústria e Comércio Ltda.; Alexandre Zanco Bueno, Antonio Firoshi Namiki, Aquio Nagoshi Mantoku, Carlos Fernando da Silveira Bueno, Carlos Manoel Toscano de Lima, Celso Geraldo Queiroz Filho, Claudio Issao Suzuki, Cláudio Peres, Cleiton Marques de Carvalho, Clovis Natal Scussel, Edson Henrique Nogueira, Edson Ryuiti Miyazaki, Erika Cristina dos Santos Lopes, Fábio Pereira Reis, Fábio Santiago Trindade, Francisco Eduardo Toledo ("Chico Pileta"), Gilberto Yoshiharu Maeda, Hidemi Yamamoto, Hiroomi Goto, Julio César de Faria, Kazuhiro Ito, Kyohei Hayashi, Juliana Mitsue Kageyama, Luiz Mitio Ikari, Manuel Luis Trindade, Marcelo Santiago Trindade, Márcia Cardoso Ferreira Vilar, Márcio Henrique de Carvalho, Marcio Yuji Teramoto, Marco Antônio da Rocha, Mikihiko Kato, Paulo Abe, Paulo Hideo Kawakami, Pedro Luis Antunes Rodrigues, Romano Capasso Perilla, Sérgio Luiz Sako, Seiei Taba, Sérgio Guedes Júnior, Shigeru Matsumoto, Shozo Fujita, Shuji Yamashita, Takao Hamada, Takuji Ueno, Thiago Rinaldi, Yasuo Mori e Yoshinobu Kageyama.

Advogados: Lauro Celidônio Gomes dos Reis Neto, Frederico Carrilho Donas, Eduardo Caminati Anders, Fábio Francisco Beraldi, Ubiratan Matos, Andrea Astorga dos Prazeres, Marcel Medon Santos, Luciana dos Santos Martorano e outros.

Relator: Conselheiro Maurício Oscar Bandeira Maia

Processo Administrativo nº 08700.009879/2015-64

Representante: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Representados: Luiz Antônio Amin, Juvino Luiz Capello,

Scherly Magnabosco Mascarello, Jonas Reimer, Lineu Barbosa, Fernando Cesar Garcia, Wilson Roberto Leal de Lima, Eduardo Poffo, Reinaldo Geraldi, Daniel Contini Dallmann, João de Ávila Sousa, Marcelo Messias de Lima Pereira, Eduardo Schmidt Bauer, José Edmundo Krug, Jorge Zandoná, Elias Antonio Piva, Jacqueline Ceolim, Emerson Ceolim, Manoel Martins Henriques, Regina Aparecida Magnabosco, Sandro Paulo Tonial, José Augusto Prima de Figueiredo Lima, Israel Patrício, Paulo Antônio Vieira Pasetti, Tiago Carlos Reis, Edianeaz Bogo Floriano, Sergio Victor Olbrich, Joel D'Agostini, Alencar Felício Reis, Dagoberto Azevedo Bueno Filho, Cyntia de Castro de Carvalho Lima, Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Santa Catarina, Auto Posto Amin Ltda, Posto Continental Ltda, Estação Comércio de Combustíveis Ltda, Auto Pos-

to Liberdade Ltda (CNPJ 03.353.006/0001-30), Auto Posto Liberdade Ltda (CNPJ 03.353.006/0001-11), Postoville Ltda, Posto Aldi Ltda, Auto Posto Mercado Ltda, Auto Posto Olinda Ltda-ME, Posto Gelulio Ltda, Auto Posto JC Ltda, Auto Posto JC Ltda (APA), Auto Posto Geraldi Ltda, Posto Padre Reus Ltda, Posto Graciosa Ltda, Posto Fátima Ltda, Posto Jariva Ltda, Posto Bemier Ltda, Auto Posto Piraf Ltda, Posto Graciosa V Ltda (CNPJ 84.708.437/0001-74), Posto Graciosa V Ltda (CNPJ 84.708.437/0007-6), Posto Guaíra Ltda, Posto de Combustíveis Valência Ltda, Posto Monza Ltda, Auto Posto Maranello Ltda, Auto Posto Modena Ltda, Auto Posto Bucarein Ltda, Auto Posto Bucarein Ltda (Posto Brasville), Auto Posto São Benedito Ltda, Posto JA Ltda, Posto Z11 Ltda, AM Combustíveis Ltda, Posto Z10 Ltda, Posto LC Ltda, Posto Zandona Ltda, Auto Posto Ceolim Ltda, Auto Posto Prudente - Portico Ltda, Auto Posto Prudente Ltda, América Comércio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Binário Ltda, Auto Posto Estrela Prateada Comércio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Serra da Estrela Ltda, Auto Posto Floresta Ltda, Posto Aliança Ltda, Ipiranga Produtos de Petróleo S/A, Rejaile Distribuidora de Petróleo Ltda e Alesat Combustíveis S.A.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Relator: Conselheiro Maurício Oscar Bandeira Maia

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 16 de agosto de 2017

Nº 19 - Procedimento Administrativo nº 08700.003340/2017-63 (apartado de acesso restrito nº 08700.003451/2017-70). Representante: Cade ex officio. Representados: Affinia Automotive Ltda., Mahle Metal Leve S.A., Mann + Hummel Brasil Ltda., Robert Bosch Ltda., Sofape Fabricante de Filtros Ltda., Sogefi Filtration do Brasil Ltda. e outros.. Acolho a Nota Técnica nº 73/2017/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela instauração de Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 186 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face dos Representados mencionados nos parágrafos 28 a 75 da referida Nota Técnica, a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento nos artigos 20, I a IV, e 21, I, III, VIII e X, da Lei nº 8.884/1994, correspondentes ao art. 36, incisos I a IV c/c seu § 3º, inciso I, alíneas "a", "b" e "c" da Lei nº 12.529/2011, na forma do artigo 69 e seguintes da Lei nº 12.529/2011. Notifiquem-se os Representados, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, os Representados deverão especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 195 do Regimento Interno do Cade. Caso os Representados tenham interesse na produção de prova testemunhal, deverão indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 195, §2º, do Regimento Interno do Cade. Ao Protocolo.

Nº 1.170 - Ato de Concentração nº 08700.002942/2017-01. Requerentes: Stahl Lux 2 S.A. e BASF SE. Advogados: Renata Fonseca Zuccolo Giannella e Marianne Correia dos Reis. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.171 - Ato de Concentração nº 08700.004840/2017-12. Requerentes: Photon Participações S.A., Steelcons Energy Sol do Futuro I S.A., Steelcons Energy Sol do Futuro II S.A. e Steelcons Energy Sol do Futuro III S.A. Advogados: Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Rodrigo Martinez Nunes Mello e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Interino

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 435ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2017

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesete os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se no Salão Negro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília-DF. Compareceram: o Presidente, Cesar Mecchi Morales; o 1º Vice-Presidente Paulo Antonio de Carvalho; 2º Vice-Presidente Fernando Pastorelo Kfouri e os seguintes membros: Aldovandro Fragoso Modesto Chaves; Alessa Pagan Veiga; Ariovaldo Toledo Penteadado Junior; Arthur Correia da Silva Neto; Diogo Rudge Malan; Eugenio Paes Amorim; Fernando Fragoso; Joao Batista da Silva Fagundes; Mágino Alves Barbosa Filho; Maria Gabriela Viana Peixoto; Maria Tereza Uille Gomes; Otávio Augusto de Almeida Toledo; Roberto Teixeira Pinto Porto; Tais Schilling Ferraz; Ulysses de Oliveira Gonçalves Junior; Vilobaldo Adelidio de Carvalho. Justificaram a ausência os seguintes membros: Andre Luiz de Almeida e Cunha; Fernanda Regina Vilar; Jose Barroso Filho; Karla Andreia Magalhães Timbo Pinheiro; Olheno Ricardo de Souza Scucuglia; Pedro Eurico de Barros e Silva; Ruy Celso Barbosa Florence. Estiveram também presentes os seguintes convidados: Luiz Philipe Spreciago-UnB; Fernanda Giviez-MNPCT; Lucio Costa-MNPCT; Karolina Castro-CGCT/SEDH; Diogenes Bandoli-SSP/SP; Telma Aparecida Alves-Juiza VEP/TJGO; Victor Dragalzew Junior-Sup.Ex.Adm.Penit/GO; Maria Cristina Costa-Juiza Aux.Pres/TJGO. O Presidente iniciou a reunião procedendo apresentando a Ata da 434ª Reunião Ordinária do CNPCP, sendo aprovada pelo Plenário. Em seguida, o presidente iniciou os itens de pauta, o convidando o Sr. Lucio Costa, perito do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), para apresentação do relatório de inspeção do MNPCT em estabelecimentos prisionais de Roraima. Como encaminhamento, o CNPCP programará realização de inspeção prisional no Estado de Roraima em momento oportuno, tendo em vista que aguardará o posicionamento dos órgãos locais acerca do relatório elaborado pelo MNPCT. Em seguida, a Sra. Telma Aparecida Alves, coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do sistema carcerário e medidas socioeducativas do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (GMF/GO), e o Sr. Victor Dragalzew Junior, Superintendente Executivo de Administração Penitenciária do Estado de Goiás, apresentaram considerações acerca do sistema prisional de Goiás, no sentido de subsidiar o Relatório de Inspeção Prisional elaborado pelo CNPCP, em virtude de visita realizada em estabelecimentos penais de Goiás no mês de março do ano corrente. Como encaminhamento, o Relatório de Inspeção Prisional do Estado de Goiás foi aprovado em Plenário e será encaminhado para os órgãos e autoridades de Goiás, sendo também disponibilizado no portal eletrônico do CNPCP, pela internet. Em seguida, o Conselheiro Pedro Eurico Barros apresentou informações sobre a edição de Medida Provisória n. 781, de 2017, especificamente quanto à reestruturação do CNPCP, elencando a diferenciação entre membros titulares e suplentes, e demais atividades do Colegiado. Após discussão, o Conselheiro Pedro Eurico foi designado para a relatoria da matéria, para posterior apreciação em Plenário. Após a Conselheira Tais Schilling manifestou parecer sobre o Processo 08000.007831/2015-17, que trata de consulta formulada pelo Conselho Penitenciário de Sergipe sobre a figura do "membro nato" na composição do próprio Conselho Penitenciário sergipano, cuja cadeira seria reservada à pessoa que exercesse as funções de Secretário de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania. Em sequência, o voto da Conselheira foi aprovado pelo Plenário. Em seguida, a Conselheira Maria Tereza Uille apresentou o estudo preliminar de conciliação na área criminal, elaborado pela Conselheira no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destacando alterações na Lei n. 9.099/1995, no sentido de agilizar o andamento processual dos crimes de menor potencial ofensivo e sem violência ou grave ameaça. Como encaminhamento, o Conselheiro Diogo Malan foi designado para a relatoria da matéria. A Conselheira Alessa Pagan, em seguida, apresentou julgados acerca da mudança da data base de sentenciados, com o propósito de se aprofundar estudos do assunto no âmbito do CNPCP. Como encaminhamento, a Conselheira apresentará parecer na próxima reunião do CNPCP. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

CESAR MECCHI MORALES
Presidente do Conselho